IV CONGRESSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO DA RECEITA FEDERAL

Tributação, Inteligência e Justiça Fiscal

Instrumento Multilateral

Desafios e experiencias

Isaác G. Arias E.

Outubro de 2026

Implementação do MLI: da assinatura à aplicação efetiva

Um processo integrado para transformar um instrumento jurídico em resultados concretos



1 Definir a posição nacional	2 Ratificar e incorporar	3 Analisar cada acordo	4 Preparar a aplicação	5 Capacitar e comunicar	6 Aplicar e integrar	7 Monitorar e atualizar
• Acordos a notificar • Reservas e opções • Coerência com a política de acordos	• Aprovação interna • Depósito e publicação • Incorporação ao direito interno	• Notificado por ambos os países? • Posições coincidem? • Disposições modificadas • Datas de efeitos	• Matriz e inventário • Textos consolidados • Manuais e procedimentos • Adaptação de sistemas	• Funcionários (conforme funções) • Contribuintes e agentes de retenção • Informação clara e acessível	• Uso da PPT e outras cláusulas • Coordenação com normas internas • MAP e autoridade competente	• Novas ratificações • Mudanças de posições • Novos acordos modificados • Casos, critérios e lições aprendidas

Gestão contínua: a rede do MLI é um sistema dinâmico

Uma rede de acordos mais moderna, protegida e com maior segurança jurídica e certeza.

Reino Unido: elaboracáo massiva de textos sintetizados

MLI – Ação 15 do Plano BEPS



Experiência do Reino Unido

A HMRC publicou textos sintetizados para numerosos acordos, incorporando visualmente as disposições do MLI no lugar correspondente do acordo bilateral.

1 Identificam as disposições modificadas

Mostram quais artigos do acordo foram alterados pelo MLI.

2 Indicam as datas de entrada em vigor

Informam a partir de quando se aplicam as alterações de cada acordo.



3 Mostram a interação entre o acordo e o MLI

Ajudam a ler ambos os instrumentos como um conjunto coerente.

4 Esclarecem o valor jurídico

Alertam que os textos autênticos continuam sendo o acordo original e o MLI.

Lição prática: a implementação do MLI requer ferramentas documentais claras para facilitar a sua aplicação por administrações e contribuintes.

Chile: experiência operacional com o MLI

Ação 15 do Plano BEPS

1. DADO PRINCIPAL

O MLI entrou em vigor no Chile em **1º de março de 2021.**

Os seus efeitos variam segundo o acordo, o outro Estado e o tipo de imposto.

2. O QUE PUBLICOU O SII

- Texto do MLI em espanhol e inglês
- Informações sobre a entrada em vigor e os efeitos
- Textos sintetizados dos acordos
- Documentos com o acordo e o MLI em leitura conjunta

3. ASPECTOS CRÍTICOS

1. Identificar coincidências entre as disposições
2. Preparar e validar textos sintetizados
3. Distinguir as datas para retenções e outros impostos
4. Capacitar funcionários
5. Comunicar as alterações a contribuintes e agentes de retenção

4. LIÇÃO PRINCIPAL

O desafio não é apenas ratificar o MLI, mas transformá-lo em documentos úteis para as áreas operacionais.

Exemplos: acordos com Espanha e Peru.

França: doutrina administrativa sobre o MLI

Ação 15 do Plano BEPS

A França incorporou no BOFiP um guia claro sobre como funciona o MLI e como afeta os seus acordos.

BOFiP

Base oficial da doutrina tributária

1. **Princípios gerais**
   Como funciona o MLI
2. **Reservas e notificações**
   Opções e efeitos
3. **Regras antielisão**
   PPT e preâmbulo
4. **Estabelecimentos permanentes**
   Novas regras aplicáveis
5. **Interação com os acordos**
   Aplicação por acordo

Lição: o MLI requer uma doutrina nacional clara para a sua aplicação prática.

Países Baixos: comunicação direta ao contribuinte

Experiência de aplicação do MLI (Ação 15 do Plano BEPS)





A administração tributária dos Países Baixos incorporou o MLI na sua orientação ordinária sobre acordos.

O MLI é explicado diretamente nas páginas dirigidas a residentes e não residentes.

1 Explicação geral

O MLI pode substituir ou modificar partes de um acordo quando ambos os países o tiverem adotado.

2 Exemplo prático

No acordo com a Bélgica explica-se expressamente que também se deve ter em consideração o MLI.

3 Integração prática

O MLI não fica isolado, mas é integrado numa secção específica para especialistas.

4 Âmbitos de aplicação

É incorporado em instrumentos sobre retenções na fonte, residência, renda de patente e aplicação de cada acordo.

Boa prática | A orientação sobre acordos inclui o MLI no momento em que o contribuinte precisa aplicar o tratado.

Lição principal: o MLI deve ser comunicado de forma simples e integrado na orientação ordinária para contribuintes e agentes de retenção.

Tema que poderia ser compartilhado: comunicação simples do MLI a contribuintes e agentes de retenção.

Austrália e Nova Zelândia: residência dual de entidades

MLI – Ação 15 do Plano BEPS

Artigo 4 do MLI

Regra automática de desempate substitui a determinação por acordo entre as autoridades competentes.

Procedimento administrativo conjunto



1 Critérios de elegibilidade

Define quais entidades podem utilizar o procedimento.

2 Informações do contribuinte

Indica quais dados e antecedentes a empresa deve apresentar.

3 Obrigações posteriores

Exige a manutenção de documentação e a comunicação de alterações relevantes.

4 Procedimento de revisão

Permite verificar a determinação quando houver dúvidas ou alterações.

5 Coordenação direta entre autoridades competentes

Austrália e Nova Zelândia coordenam a análise e a decisão.

Lição prática: não basta alterar a cláusula do convênio; também é necessário um procedimento claro para que as empresas saibam o que fazer, o que apresentar e como a sua situação será resolvida.

Japão e Singapura: funcionamento do arbitragem do MLI

Experiência de implementação da Parte VI do MLI (Ação 15 do Plano BEPS)





Japão e Singapura adotaram um acordo de implementação para regular a arbitragem prevista na Parte VI do MLI.

O acordo define como as autoridades competentes aplicam o procedimento arbitral na prática.

1. Organização do procedimento
2. Comunicações entre autoridades
3. Seleção e funcionamento do painel arbitral
4. Confidencialidade
5. Apresentação de posições
6. Execução da decisão

Lição principal: aceitar a arbitragem no MLI não é suficiente; também é necessário acordar regras práticas para que o mecanismo funcione.

México e o MLI

Principais marcos e implementação

Uma abordagem estratégica e pragmática

07-jun-2017
Assinatura

12-out-2022
Aprovação pelo Senado

15-mar-2023
Depósito do instrumento de ratificação na OCDE

01-jul-2023
Entrada em vigor

1. Implementação

Tradução para o espanhol e publicação no Diário Oficial da Federação (DOF).

2. Arbitragem

México não incorporou a cláusula de arbitragem vinculante e obrigatória no MLI.

3. Questões bilaterais

Alemanha
Protocolo (2021)
em vigor desde 06-ago-2023.

Malta e Áustria
Sem protocolo (MAP).

4. Textos sintetizados

México não os publica (apenas textos oficiais).

O MLI é uma ferramenta útil que o México implementa com uma abordagem estratégica e caso a caso.

IV CONGRESSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO DA RECEITA FEDERAL

Tributação, Inteligência e Justiça Fiscal

Obrigado pela atenção

APOIO

BID

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

REALIZAÇÃO

Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA